

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: O meu, o seu, o nosso dinheiro	2
Título: Petrobras negocia venda de Pasadena com a Chevron.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Petrobrás negocia venda de Pasadena com Chevron.....	3
VEÍCULO: Valor Econômico.....	4
Título: Política petrolífera em questão	4
Título: Energia impulsiona resultados da ABB no Brasil no 3º tri	7
Título: Eletrobras busca definição de garantia da dívida com Petrobras na Amazonas	9
Título: Aneel, TCU e MME fazem força-tarefa para lançar edital de leilão de linhas	10
Título: Vale está otimista com retomada da Samarco	11
Título: Curtas	12
Título: Entre altas e baixas, Biosev ganha R\$ 2 bi	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/10/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: O meu, o seu, o nosso dinheiro**

O Ministério das Minas e energia colocou em consulta pública uma portaria para substituir as térmicas a óleo (caras e poluentes) do Nordeste por térmicas a gás natural. Para o consultor Adriano Pires, caso essa medida tivesse sido tomada há 5 anos, os consumidores de energia elétrica teriam economizado, pelo menos, R\$ 10 bilhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/10/2018****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras negocia venda de Pasadena com a Chevron**

Polêmica refinaria no Texas que é estopim da Operação Lava-Jato está à venda desde fevereiro

A Petrobras pode anunciar a venda da refinaria de Pasadena, no Texas, até o fim do ano. De acordo com fonte do setor, a estatal brasileira já está em conversas avançadas com a americana Chevron e as negociações já estariam na diretoria da estatal há pelo menos 50 dias. A polêmica refinaria, que está na origem das investigações de corrupção na Petrobras reveladas pela Operação Lava-Jato, está à venda desde fevereiro.

O negócio envolve ainda a venda de um terminal marítimo e de um terreno estrategicamente localizado no canal marítimo de acesso a Houston, no Texas. Esses ativos são empresas separadas controladas pela Petrobras America Inc. (PAI), subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos. Pasadena tem capacidade de processamento de 110 mil barris de petróleo por dia.

— As conversas entre a Petrobras e a Chevron ainda estão em curso. Mas ainda não está nada definido. O processo é complexo e está em análise. Há discussões internas na Petrobras se será feita a venda de 100% ou de parte do ativo — disse uma fonte do setor.

No início de outubro, a Petrobras anunciou que essa mesma subsidiária (a PAI) e a americana Murphy vão unir suas operações no Golfo do México, principal região produtora de petróleo no mar dos EUA. O negócio, que envolve 17 campos de petróleo em águas profundas e rasas, vai permitir uma entrada de US\$ 1,1 bilhão.

A negociação de Pasadena é parte da estratégia da companhia, que busca equilibrar suas contas e reduzir seu endividamento por meio da venda de ativos. A meta para o período de 2017-2018 é levantar US\$ 21 bilhões. Neste ano, a empresa obteve US\$ 4,8 bilhões no acumulado até julho.

A compra da refinaria de Pasadena foi, desde o início, cercada de polêmica. Em 2006, a Petrobras arrematou fatia de 50% no empreendimento por US\$ 360 milhões. O montante é superior ao valor desembolsado pela empresa belga Astra Oil, que havia comprado um ano antes 100% da refinaria por US\$ 42,5 milhões. Em delação premiada, o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró informou que houve pagamento de propina na operação.

Posteriormente, a Petrobras se desentendeu com sua sócia no empreendimento, a Astra Oil. Após um processo de arbitragem, foi obrigada a comprar os outros 50% do capital. A refinaria acabou custando, no fim, US\$ 1,18 bilhão à Petrobras. A compra foi realizada no período em que a ex-presidente Dilma Rousseff comandava o Conselho de Administração da petroleira. Na época, ela justificou a decisão alegando que ela foi tomada com base em um relatório falho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás negocia venda de Pasadena com Chevron

A Petrobrás está negociando a venda da refinaria de Pasadena, nos EUA, com a norte-americana Chevron, segundo informou a agência Reuters, com base em informações de três fontes com conhecimento do assunto. Uma delas indicou que estão avançadas as negociações para a venda do ativo, que esteve no foco das investigações da operação Lava Jato sobre corrupção envolvendo a estatal brasileira.

A negociação ocorre no momento em que companhias de petróleo dos EUA estão buscando expandir as operações de refino para absorver os grandes volumes de petróleo de "shale" que estão sendo extraídos no país. Segundo

uma fonte da indústria de petróleo nos EUA, a companhia norte-americana "está muito perto de adquirir Pasadena", refinaria com capacidade de processamento de 110 mil barris por dia.

No Brasil, uma segunda fonte com conhecimento da situação, que também pediu para não ser identificada, confirmou as negociações com a Chevron. "Pode ser sim, Pasadena pode ser vendida (para Chevron). Há conversas em andamento, e só posso dizer isso", disse. O processo de venda de Pasadena – cuja compra pela Petrobrás teria causado prejuízo para a estatal de mais de meio bilhão de dólares, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) – foi iniciado em fevereiro deste ano.

Em maio, a Petrobrás iniciou a fase vinculante do processo de venda do ativo, em que interessados habilitados em uma fase anterior da negociação recebem cartas-convite com instruções detalhadas e orientações para realização de due diligence. Depois disso, a estatal não divulgou mais informações sobre o processo de venda.

Procurada ontem, a Petrobrás não comentou o assunto imediatamente. A Chevron não quis comentar o tema. As fontes não falaram em valores que estão sendo negociados. A venda da refinaria seria positiva para a Petrobrás, que busca reduzir suas dívidas e tem enfrentado obstáculos para desenvolver seu programa de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018. / REUTERS

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2018

Seção: Opinião

Autor: Adilson de Oliveira

Título: Política petrolífera em questão

O governo que assumirá o poder em 2019 terá que decidir se preservará ou reorientará as diretrizes da política adotada no governo Temer. A questão mais premente é a política de preços dos derivados. O ambiente petrolífero global indica que o preço do petróleo permanecerá fortemente volátil, e essa volatilidade, assim como ocorre com o câmbio, é destrutiva da atividade econômica, como ficou demonstrado na greve dos caminhoneiros.

É consensual a necessidade de um mecanismo para mitigar o repasse dessa volatilidade para os preços dos derivados. No entanto, não há consenso quanto ao mecanismo mais adequado. A ANP, após consulta pública, ofereceu a proposta do uso de fórmulas paramétricas na fixação dos preços combustíveis. Dessa forma, a agência acredita reduzir as assimetrias de informação que

viabilizam ganhos econômicos abusivos da cadeia de fornecedores. A proposta foi mal recebida pelo mercado, que nela percebe o risco de ter seus preços controlados pela agência.

O Brasil é exportador de petróleo. Por óbvio, é correto utilizar essa vantagem comparativa para proteger o mercado doméstico da volatilidade no preço, provocada por forças geopolíticas que fogem ao controle do país. A melhor alternativa para evitar que a Petrobras explore seu poder de monopólio de fato no refino é a fixação de um preço limite em dólares (como indicado na Nota Técnica 068/2018 da ANP) para o petróleo processado em suas refinarias. Esse preço deve ser tal que garanta a taxa de retorno adequada para os investimentos upstream da empresa.

Esse mecanismo permitirá à Petrobras operar com liberdade sua política de preços para os derivados, sem colocar em risco sua rentabilidade. Ele também protege nosso sistema produtivo de avatares na geopolítica global que levem o preço do petróleo para patamar destrutivo de nossa atividade econômica.

Outra questão é a expansão da capacidade de refino. O Brasil vive a situação esdrúxula de exportar grandes volumes de óleo e importar quantidades significativas de derivados. Na prática, o país importa mais de US\$ 1 bilhão anuais de valor agregado ao petróleo aqui produzido, deixando de gerar empregos e prejudicando nossa balança comercial. A ampliação da nossa capacidade de refino é urgente, inclusive para evitar a vulnerabilidade do abastecimento doméstico a distúrbios no mercado petrolífero global.

País vive a situação esdrúxula de exportar muito óleo e também importar quantidades significativas

A Petrobras declara não ter intenção de investir no refino, e seu monopólio de fato nessa atividade opera como barreira econômica relevante à entrada de novos refinadores no mercado doméstico. Para mitigar esse problema, a Petrobras anunciou sua intenção de vender o controle de boa parcela (60%) de suas refinarias. Na prática, essas vendas podem reduzir o seu poder de mercado, porém não serão suficientes para estimular investimentos significativos no refino doméstico.

É fundamental compreender que ao país passar para a situação de exportador, a inserção de sua indústria do petróleo no mercado global tornou-se imperativa, sendo a Petrobras o nexo central desse processo. Para dar sustentabilidade a essa inserção, os espaços abertos para refinadores no mercado brasileiro devem ser compensados com espaços (por meio de swap de ativos, por exemplo) para a Petrobras refinar seu óleo em nossos parceiros comerciais. Nesse processo, a ANP deve garantir margem adequada para os novos refinadores com o

necessário acesso à produção doméstica em condições econômicas similares às da Petrobras.

A questão do conteúdo local tem sido fonte de conflito aberto entre as operadoras e seus fornecedores domésticos de bens e serviços. Criticado por seu viés protecionista, o regramento dessa política foi bastante modificado recentemente. As operadoras ganharam maior liberdade na gestão de seus projetos, porém os fornecedores domésticos percebem nessas mudanças a emergência do risco de ociosidade em suas plantas produtivas. As incertezas jurídicas provocadas por esse conflito têm induzido a postergação de investimentos das operadoras e, conseqüentemente, retardado a retomada da atividade petrolífera.

Ao deslocar o foco da política de conteúdo local das multas para incentivos ao desenvolvimento competitivo do parque fornecedor doméstico, o Pedefor criou condições favoráveis para que seja restabelecido o indispensável diálogo entre os diversos elos da cadeia produtiva petrolífera. A escala do nosso offshore, com o apoio dos recursos financeiros da cláusula de P&D dos contratos de concessão, cria ambiente propício para que nosso sistema nacional de inovação abrigue o principal laboratório de inovação tecnológica para o offshore global.

São muitas as oportunidades para a ampliação da oferta competitiva do nosso parque fornecedor. A melhor estratégia para explorar essas oportunidades consiste em solicitar a operadoras e fornecedores que revelem a trajetória mais adequada para a remoção dos gargalos estruturais que entravam a expansão competitiva do parque fornecedor doméstico. A forte presença de empresas globais no parque fornecedor deve ser utilizada como alavanca desse processo. Porém a atuação dessas empresas necessita ser articulada com empresas médias e pequenas em arranjos produtivos locais voltados para o mercado global.

Os critérios propostos pelo Pedefor para a concessão de incentivos atacam as principais fragilidades competitivas do parque fornecedor. Contudo, é fundamental que ele opere com metas para a expansão competitiva do conteúdo local, com avaliações periódicas dos resultados obtidos e a promoção de ajustes corretivos para alcançar as metas desejadas. Mais ainda, é urgente a estruturação de programas de desenvolvimento da capacitação de engenharia e de inovação tecnológica com foco nas pequenas e médias empresas. Os incentivos do Pedefor devem ser estruturados em torno de um programa de apoio a exportações de bens e serviços da indústria do petróleo voltado especialmente para o mercado do Atlântico Sul.

Adilson de Oliveira é professor da UFRJ

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 26/10/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

EDP vende ativos

A EDP Energias do Brasil assinou ontem contrato para venda de 131,9 megawatts (MW) em ativos de geração hídrica no Espírito Santo para a Statkraft Energias Renováveis, por R\$ 704 milhões. A aquisição inclui a assunção de dívida estimada em R\$ 113 milhões. Com isso, a EDP vai receber R\$ 591 milhões. Foram vendidas a EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas (EDP PCH), que inclui sete usinas hidrelétricas, e a Santa Fé Energia, com prazo de concessão terminando entre 2025 e 2031. Segundo a EDP, com essa transação, foi concluído o processo de reciclagem de capital em PCHs iniciado com a venda da Pantanal Energética em 2016, em linha com a prioridade estratégica de venda de ativos não estratégicos.

Copel adia Colíder

A Copel adiou novamente o início operacional da usina hidrelétrica de Colíder, agora para dezembro. Anteriormente, o começo estava previsto para outubro. A elétrica explicou que, durante os ensaios de comissionamento da usina, identificou-se um problema no sistema de movimentação das comportas de jusante das unidades geradoras. Naquele momento, com base nas melhores estimativas dos engenheiros e técnicos envolvidos, a expectativa para solucionar o problema, de modo que os ensaios de comissionamento fossem retomados para permitir o início de operação, era de aproximadamente dois meses. No entanto, durante a realização das medidas corretivas planejadas, a Copel concluiu que a solução necessitaria de alteração no projeto das guias das comportas demandaria um tempo adicional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 26/10/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** Energia impulsiona resultados da ABB no Brasil no 3º tri

No mundo, as encomendas subiram 10%, para US\$ 8,9 bilhões, impulsionando a receita da companhia, que somou US\$ 9,25 bilhões, alta de 6%. O lucro líquido do trimestre também avançou 6%, para US\$ 603 milhões. Todas as áreas de atuação da ABB tiveram crescimento no período, com destaque para as encomendas na divisão de robótica, que cresceram 12% no trimestre, para US\$ 2,2 bilhões. A divisão de produtos de eletrificação continua a maior, com alta de 26%, para US\$ 3,2 bilhões. O setor de redes de energia teve alta de 7%, para US\$ 2,2 bilhões.

"O resultado do grupo foi bom, crescimento bastante positivo. No Brasil, a situação é muito boa, ficamos muito acima do mercado", disse Rafael Paniagua, presidente da ABB no Brasil.

As encomendas da companhia no país cresceram principalmente nos setores de concessionárias de energia, que inclui transmissão e distribuição, na exportação, e na área de geração de energia renovável. Segundo Paniagua, as encomendas no segmento de concessionárias de energia tiveram crescimento de 47% no trimestre na comparação anual, refletindo, principalmente, projetos de transmissão de energia.

As exportações cresceram 20% no período, com envios para Argentina, Colômbia, e até mesmo Estados Unidos. "Tivemos forte exportação no setor automotivo para mercados na América do Sul, principalmente na área robótica, todos os sistemas de robótica e automação. Também tivemos vendas de soluções de eletrificação, especialmente transformadores exportados aos Estados Unidos, de grande porte e potência", disse. Nesse quesito, a desvalorização do real ante o dólar ajudou a tornar as exportações do Brasil para os Estados Unidos mais competitivas.

O segmento de geração renovável foi o terceiro pilar que ajudou a sustentar o desempenho da ABB entre julho e setembro no Brasil. "As renováveis em geral representaram 20% dos pedidos no trimestre", disse Paniagua.

A ABB vendeu equipamentos para geração eólica, solar centralizada, e também geração solar distribuída. As vendas em energia solar ainda não são significativas em termos de volume, mas o crescimento é acelerado, tendo sido superior a 100% no trimestre, destacou o executivo.

A companhia estima ter 50% de participação no mercado de subestações para energia solar.

"Estamos muito otimistas com relação ao desempenho no Brasil para o último trimestre do ano e também para 2019. Gostamos da área de transmissão, vai

haver um leilão muito forte ainda este ano, achamos que vão sair grandes projetos com investimentos expressivos", disse Paniagua.

Paniagua também aposta na expansão dos negócios em energias renováveis, tanto resultado de leilões de novos projetos quanto em geração distribuída.

Outras áreas na qual a ABB aposta envolvem serviços, que envolvem valor agregado significativo, e o setor de petróleo e gás, que depois de um período ruim está voltando a crescer. "Novos consórcios estão começando agora a fazer investimentos na exploração do pré-sal", afirmou. Esse movimento, contudo, só deve se refletir em novos negócios para a ABB entre o fim de 2019 e começo de 2020.

"Também vemos início de retomada em projetos industriais, em mineração, papel e celulose e outros", disse o executivo, explicando que a ABB pode ter oportunidade de negócios em digitalização, ganhos de eficiência e automação para esses clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Eletrobras busca definição de garantia da dívida com Petrobras na Amazonas

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que trabalha com a previsão de definir com o governo uma alternativa de garantia de pagamento da dívida da Amazonas Energia com a Petrobras até a data do leilão de privatização da distribuidora, adiado para 27 de novembro.

A declaração foi dada ao sair de reunião com os ministros **Moreira Franco (Minas e Energia)**, Eduardo Guardia (Fazenda) e Esteves Colnago (Planejamento), além de executivos da Petrobras.

A garantia de pagamento de parte da dívida estava no projeto de lei que destravava a venda da Amazonas Energia, rejeitado nas últimas semanas pelo Senado.

Questionado se o imbróglio da garantia poderia ser resolvido até a data do leilão da distribuidora, Ferreira Jr respondeu: "Claro. Essa é a ideia, de fazer tempestivamente", afirmou. "Estamos trabalhando juntos. Acreditamos que, nos próximos dias, podemos ter algum tipo de medida", acrescentou.

O presidente da elétrica disse que a reunião de hoje serviu para apresentar as implicações de não ter a provado o projeto de lei. "Temos alternativas, mas não tivemos nenhuma decisão encaminhada aqui", afirmou.

O presidente da Eletrobras afirmou, no entanto, que o encontro serviu para dar um alerta sobre o risco de frustração na venda do controle da companhia amazonense até 31 de dezembro, o que deve resultar na liquidação da distribuidora.

Perguntado sobre a possibilidade de edição de uma portaria ministerial ou, novamente, de uma medida provisória para resolver a questão, o executivo da Eletrobras foi evasivo. Ele disse apenas que, "naquilo que é possível fazer", o governo teria "uma grande disposição" em trabalhar com os "instrumentos legais disponíveis".

Ferreira Jr destacou que, desde o fechamento da negociação da dívida com a Petrobras, a Eletrobras está "honrando todos os acordos". Como há risco de calote, em caso de não privatizar a Amazonas Energia, o executivo afirmou que a solução sobre garantia também seria de interesse da estatal petrolífera.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel, TCU e MME fazem força-tarefa para lançar edital de leilão de linhas

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza força-tarefa junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e o **Ministério de Minas e Energia (MME)** para obter todas as aprovações necessárias para lançar o edital do próximo leilão de linhas de transmissão, previsto para 20 de dezembro, e cujos lotes oferecidos têm investimentos estimados em R\$ 14 bilhões.

Nesta semana, representantes da agência estiveram reunidos com integrantes do TCU. O objetivo foi prestar esclarecimentos sobre os projetos previstos para serem incluídos no certame. "Estivemos no TCU para prestar os últimos esclarecimentos necessários para o leilão", disse Sandoval Feitosa Neto, diretor relator do edital do leilão na Aneel, ao **Valor**.

No mesmo sentido, integrantes da Aneel estiveram no MME para tratar da recomendação feita pela agência de caducidade da concessão do lote de obras de transmissão da Eletrosul, no Rio Grande do Sul, previsto para entrar em operação este ano, mas que ainda não foi construído. O empreendimento

envolve 2,2 mil km de linhas e investimentos de R\$ 4 bilhões. Nesta semana, a Aneel rejeitou recurso da Eletrosul, para rever a decisão de recomendação da caducidade.

No MME, o objetivo da autarquia é obter a caducidade da concessão pelo governo para incluir o lote no leilão de dezembro. Sozinho, o empreendimento responde por quase 30% dos investimentos estimados nos projetos do leilão.

Segundo Feitosa Neto, a ideia inicial era incluir o edital do leilão de transmissão para aprovação da diretoria na reunião da próxima terça-feira. No entanto, o diretor só incluirá o tema em reunião de diretoria assim que tiver as duas decisões, do TCU e do MME. A expectativa é que as decisões possam sair já na próxima semana.

A maior preocupação com relação ao lote da Eletrosul não implantado é o abastecimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul. O conjunto de projetos também é necessário para o escoamento de energia de parques eólicos e usinas termelétricas já contratadas ou que devem ser instaladas no Estado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale está otimista com retomada da Samarco

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, reafirmou ontem a expectativa de que a Samarco possa voltar a operar no começo de 2020. O otimismo com a retomada das operações se explica pelos acordos firmados com a justiça pela companhia e suas controladoras - Vale e BHP Billiton - e também pela licença obtida para a construção da barragem de Alegria Sul, essencial para permitir a volta das atividades. Em 5 de novembro, completam-se três anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que matou 19 pessoas e causou um dos maiores desastres ambientais da história do país.

Schvartsman disse que até o fim do ano a empresa deve pleitear a licença de operação que, se concedida, permitirá o início do funcionamento da Samarco no começo de 2020. A empresa deverá voltar com cerca de um terço de sua capacidade original, que era de 30 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro por ano. Schvartsman falou sobre Samarco ao comentar os resultados da Vale no 3º trimestre, quando a empresa teve lucro de R\$ 5,7 bilhões, 20% abaixo de igual período do ano passado.

A queda do lucro foi motivada pelo efeito contábil negativo, não-caixa, resultante da desvalorização do real frente ao dólar no período. Essa depreciação reduziu o lucro em R\$ 2,7 bilhões. A Vale entende que a melhor métrica para medir o seu resultado final é o lucro líquido recorrente, que exclui o impacto da variação cambial. Por esse conceito, o lucro da companhia foi de R\$ 8,3 bilhões de julho a setembro, 25% maior do que em igual período de 2017.

Do ponto de vista operacional, a Vale registrou um resultado forte. Obteve lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 17,4 bilhões, 31% acima do mesmo período de 2017. Na teleconferência, Schvartsman disse que novas aquisições "se e quando ocorrerem" serão pequenas, de alto retorno, e que terão relação direta com os ativos que a Vale possui. O diretor-executivo de finanças, Luciano Siani Pires, disse que a política de desinvestimentos não deve resultar, por outra parte, em valores relevantes. Além disso, as participações que a Vale têm, ainda por vender envolvem sócios e, portanto, os negócios devem demorar para serem concluídos.

Siani afirmou ainda que a companhia estuda fazer com o "bunker" (combustível de navegação) processo de proteção contra variações de preços semelhante ao feito na energia elétrica e no aluguel de navios. Ele não entrou em detalhes, e explicou que a ideia ainda está sendo discutida na empresa, e seria apenas para aplicação a médio ou longo prazos.

Schvartsman falou ainda sobre o futuro da produtora de níquel Vale Nova Caledônia (VNC). A Vale busca alternativas para vender fatia da empresa para um sócio, mas por enquanto não há decisão. É possível que a Vale possa anunciar alguma novidade em relação à VNC, em dezembro, no encontro com investidores em Nova York. A VNC tem dado perdas consecutivas para a Vale. No terceiro trimestre, o Ebitda da VNC foi negativo em US\$ 42 milhões. No minério de ferro, a Vale registrou, pela primeira vez, um preço realizado superior ao preço de referência do mercado. O preço realizado ficou em US\$ 67 por tonelada. O objetivo da Vale é fazer com que os preços realizados sejam cada vez maiores pois é a partir dessa realização que a empresa garante geração de caixa e Ebitda para pagar dividendos agressivos aos acionistas. O resultado de julho a setembro garantiu US\$ 1,14 bilhão em dividendos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2018

Seção:

Autor:

Título: Curtas

Minério em alta

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao registrou ontem seu quarto dia consecutivo de alta, atingindo o maior valor desde 7 de março. O levantamento feito pela "Metal Bulletin" apontou alta de 1,75%, para US\$ 76,04 a tonelada. A commodity acumula alta de 9,8% em outubro e valorização de 4,7% no acumulado do ano.

Chevron avalia Pasadena

A Petrobras está negociando com a americana Chevron a venda da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, informou a agência de notícias "Reuters". Segundo uma fonte da agência nos EUA, as negociações estariam em

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Entre altas e baixas, Biosev ganha R\$ 2 bi

Apesar da forte correção registrada ontem na B3, o valor de mercado da Biosev, controlada pela francesa Louis Dreyfus Company (LDC), já aumentou quase US\$ 2 bilhões desde que anunciou a venda da Usina Estiva, em Arez (RN), há pouco mais de um mês. Depois de altas expressivas, ontem os papéis da companhia recuaram 10,3% e o valor de mercado fechou em R\$ 4,5 bilhões, ainda 75% mais que no dia 21 de setembro.

Também houve forte crescimento da quantidade de papéis negociados nos últimos dias. Embora a Biosev só tenha atualmente 6% de seu capital na B3, o número de ações em circulação alcançou 548.200 na terça-feira. Foi o maior volume registrado desde 20 de fevereiro, quando analistas da área de investimentos do Banco do Brasil recomendaram a compra dos papéis da sucroalcooleira.

Nesta semana, voltaram a circular no mercado rumores de que a Biosev pretende vender mais uma de suas usinas. Em meio às especulações, a quantidade de papéis negociados esta semana supera com folga a média do ano até então - 54.867 por dia.

A Usina Estiva foi vendida por R\$ 203,6 milhões, em 20 de setembro, para a Biosev reforçar seu caixa e pagar parte das dívidas. No fim do primeiro trimestre da safra 2018/19 (30 de junho), a empresa tinha uma dívida de R\$ 567 milhões no curto prazo. Mas, segundo fontes do mercado, a Biosev precisará vender mais ativos para reduzir sua alavancagem (dívida líquida sobre Ebitda), que estava em 2,9 vezes no fim do último trimestre.

Na última quarta-feira, a Biosev admitiu que está avaliando a venda da Usina Giasa, no município Pedras de Fogo (PB), em resposta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) após questionamento da B3 a respeito de uma matéria do "O Estado de São Paulo". No entanto, a companhia garantiu que não há nenhuma proposta vinculante até o momento e que o assunto não foi submetido a seu conselho de administração.

A companhia confirmou que contratou a Datagro para prestar serviço de consultoria financeira para a venda da Usina Giasa, mas negou que tenha conversado ou contratado o Santander Brasil para a realização de negociações.

A Biosev esclareceu, ainda, que "dará continuidade ao seu programa de competitividade operacional, que inclui a análise e revisão de potenciais alternativas estratégicas relacionadas a todo o seu portfólio de ativos".

MME / ASCOM .